

Elo4 Administração e Participações S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 254MI-011-PB



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	8
Demonstrações contábeis	11
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	19

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Elo4 Administração e Participações S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com o Internationale Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo Internationale Accounting Standards Board (IASB) e também com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as demonstrações contábeis consolidadas de 31 de dezembro de 2024.

1. Perfil da companhia

A Elo4 Administração e Participações S.A. (“Companhia”) ou “Controladora” é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede na Av. Professor Frederico Herman Junior, no 296, Alto de Pinheiros, São Paulo – SP. A Companhia foi fundada em 04 de fevereiro de 2020 e tem como atividade principal a participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia-quotista, podendo abrir filiais ou depósitos em qualquer parte do território nacional ou exterior, bem como alterar o endereço da sede social sempre que necessário. As demonstrações contábeis da Companhia, individuais e consolidadas, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024 abrangem a Companhia e sua Controlada.

País	31/12/2023	31/12/2024	
	Participação acionária %	Participação acionária %	
Concessionária de Rodovia MS 306 S.A.	Brasil	80%	80%

1. Principais Investimentos

1.1. Relação de entidade controlada

A sua controlada, a Concessionária de Rodovia MS 306 S.A. (“Companhia”) é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede na Av. Dois, nº 1.947, Centro, Chapadão do Sul – Mato Grosso do Sul – MS, que iniciou suas atividades em 24 de janeiro de 2020.

A Controlada tem por objeto social específica e exclusivamente, nos termos do Edital de Concorrência nº 001/2019 (“Edital”), a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade de trechos da Rodovia Estadual MS – 306 e da rodovia Federal BR-359 nos termos do Contrato de Concessão (“Rodovia e “Concessão”); celebrado com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul – MS, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura do Estado de Mato Grosso do Sul (Seinfra), em 19 de março de 2020.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A cobrança da tarifa de pedágio iniciou em 09 de abril de 2021, após a conclusão dos trabalhos iniciais, de acordo com o estabelecido no PER (Programa de Exploração da Rodovia).

Atualmente, a Controlada opera três praças de pedágio localizadas ao longo da rodovia MS 306 sob concessão com as seguintes características:

Nome Praça	localização	Tarifa (R\$)
COSTA RICA - MS - PRAÇA - 01	MS 306 - km 40+300	12,20
CHAPADÃO DO SUL - MS - PRAÇA - 02	MS 306 - km 100+600	12,20
CASSII ÂNDIA - MS - PRAÇA - 03	MS 306 - km 184+600	12,20

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS NA CONTROLADA

Os investimentos realizados, na controlada, em 2024 totalizaram R\$ 173.861 milhões de reais.

Principais investimentos realizados em 2024 na concessão foram:

- Implantação do contorno de chapadão do sul – MS.
- Implantação de 51 km novos acostamentos.
- Implantação e melhorias de interseções em nível km18, km34, km42, km115, km51 na MS 306.
- Recuperação de 61 km de pavimento
- Implantação de 4 km de terceira faixa totalizando
- Alargamento de OAE km 47 + 427 – Ponte sobre o Rio Sucuriú
- Alargamento de OAE km 62 + 437 – Ponte sobre o Rio Laje
- Alargamento de OAE km 69 + 902 – Ponte sobre o Rio São Luis

ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS

Em 2024 foram atendidos na rodovia da controlada, com a prestação dos seguintes serviços gratuitos ao usuário: 5078 socorros mecânico, 532 socorros médico/pré-hospitalar, 6.482 inspeções de tráfego, 85 combates a incêndios, 1990 remoções de veículos e 9 apreensões/remoções de animais, por meio de veículos e equipes de profissionais especializados atuando em toda a extensão da MS-306 sob concessão (219,5 quilômetros), durante 24 horas, todos os dias da semana, proporcionando segurança e conforto aos usuários da rodovia, 365 dias no ano.

Para essas atividades foram gerados 180 empregos diretos e mais de 409 empregos indiretos, além dos investimentos na infraestrutura, com benefício para as cidades lindeiras (gerando de emprego e pagamento de impostos em especial o I.S.S. QN).

DESTAQUES DA CONTROLADA NO ANO 2024

Implantação do Contorno de chapadão do sul

Finalização das obras de implantação do anel viário de Chapadão do Sul, com extensão de 9,2 quilômetros de pavimentação.

Projeto Conectividade 4.0.

A parceria entre o Grupo Way Brasil e a TIM resultou, em 2024, na conclusão da cobertura 4G em mais de 600 quilômetros de rodovias no Mato Grosso do Sul, abrangendo as rodovias MS-112, BR-158, BR-436 e MS-306. Esse projeto beneficia aproximadamente 30 mil veículos que trafegam diariamente nessas vias e mais de 276 mil moradores de oito municípios adjacentes, incluindo 108 escolas públicas e 46 unidades de saúde. A iniciativa visa proporcionar conectividade de qualidade, melhorando a segurança viária e oferecendo serviços móveis eficientes para produtores agrícolas e comunidades locais. A implementação foi dividida em fases, iniciando em Cassilândia e, ao longo de 2023, expandindo para os demais municípios das rodovias mencionadas. Além disso, a cobertura 4G foi ativada em 100% das rodovias sob concessão da Way-112, incluindo trechos próximos às cidades de Aparecida do Taboado, Inocência, Paranaíba, Três Lagoas, Cassilândia e Selvíria. Essa expansão da conectividade não só melhora a comunicação e a segurança nas estradas, mas também impulsiona setores como agronegócio e turismo na região.

PERSPECTIVAS NA CONTROLADA PARA O ANO DE 2025

- Conclu Implantação de 50 Km de acostamentos
- Implantação de 4,2 Km de terceira faixa
- Alargamento de OAE Km 204+535 – Ponte sobre o córrego
- Alargamento de OAE KM 212+280 – Ponte sobre o Rio Macaúba
- 72 Km de Recuperação de Pavimento

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Receita Operacional (Controlada)

	Controladora		Consolidado		Var. %
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Receitas de pedágio	-	-	150.383	139.903	7%
Outras receitas	-	-	46	143	68%
(-) Abatimentos sobre a receita de pedágio	-	-	(378)	-	-
(-) ISS	-	-	(7.519)	(6.995)	7%
(-) PIS	-	-	(977)	(910)	7%
(-) Cofins	-	-	(4.512)	(4.197)	8%
Subtotal	-	-	137.043	127.944	7%
Receitas com construção e infraestrutura (a)	-	-	173.862	214.761	-9%
Total	-	-	310.905	342.705	-9%

Análise das Variações:

Receita de pedágio

Houve um aumento de 7% em 2024 em relação a 2023, passando de 139.903 para 150.383. Esse crescimento é atribuído ao aumento no fluxo de veículos, reajuste tarifário e melhorias na eficiência operacional, com a cobrança de eixos suspensos.

A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio, pós-pagos e pedágio eletrônico (A.V.I), são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre a prestação de serviços.

Outras receitas

Observou-se uma redução significativa de 68%, de 143 em 2023 para 46 em 2024. Essa diminuição indica menor geração de receitas com eventos não relacionadas diretamente ao pedágio.

Receita de construção

A receita de construção provenientes da realização de investimentos no ativo intangível, registrou redução de 19% em comparação com o período anterior, influenciado pela finalização de obras previstas em nosso contrato de concessão para o ano de 2024. A contrapartida desta receita de igual valor está contabilizada como custo de construção.

Custos e despesas e administrativas

Custos e despesas administrativas	Controladora		Consolidado		Var. %
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Pessoal			(13.188)	(12.560)	5%
Serviços de terceiros	(277)	(29)	(9.561)	(10.612)	-10%
Seguros e garantias			(1.094)	(879)	24%
Custos contratuais da concessão			(1.817)	(1.736)	5%
Verba da polícia rodoviária federal			(924)	(782)	18%
Materiais/equipamentos/veículos			(3.941)	(3.931)	0%
Provisão para manutenção			(23.884)	(31.339)	-24%
Provisão para contingências			(264)	(110)	140%
Depreciação/amortização			(39.714)	(33.074)	20%
Outros	(81)	(4)	(1.313)	(1.661)	-21%
Subtotal	(358)	(33)	(95.700)	(96.684)	-1%
Custos com construção e infraestrutura	-	-	(173.862)	(214.761)	-19%
Total	(358)	(33)	(269.562)	(311.445)	-13%

Comentamos as principais variações de custos e despesas do exercício na controlada:

Pessoal

O aumento de 5% em custo de pessoal, deve-se ao acordo coletivo que resultou em um aumento de 3,86% e promoções decorrente da análise de mérito de pessoal, dentro da perspectiva orçamentária global da Way 306.

Serviços de terceiros

Os serviços de terceiros, tiveram uma redução de 10% no ano de 2024, em comparação ao ano anterior, devido a finalização de obras nos períodos.

Seguros e Garantias

Os seguros tiveram um acréscimo de 24% em relação ao ano anterior, devido ao aumento da frota de veículos operacionais, e aumento dos prêmios de cobertura.

Provisão para Manutenção

No ano de 2024, foi efetuada a revisão da provisão de manutenção da companhia, de acordo com a evolução das obras concluídas gerando uma diminuição 24% em relação ao ano anterior na provisão. A constituição da provisão para manutenção da rodovia é para fazer frente a cada item a serem recuperados de acordo com a programação da engenharia da Companhia, e terão os desembolsos previstos a partir de 2025.

Depreciação e amortização

A depreciação e amortização apresenta um aumento de 20% em relação ao ano anterior, devido a Amortização de Intangível transferido para operação e a amortização do direito de outorga.

Custos com construção e infraestrutura

A redução de 19% em 31 de dezembro de 2024 em comparação ao mesmo período do ano anterior, deve-se ao menor do volume de obras programadas para o exercício.

Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado		Var. %
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Rendimento de aplicações financeiras	19	-	2.055	10.056	-80%
Descontos obtidos	-	-	48	27	78%
Receita financeira - AVP	-	-	10.672	21.858	-51%
Outras receitas financeiras	31	33	42	139	-70%
Total das receitas financeiras	50	33	12.817	32.080	-60%
PIS/Cofins sobre receitas financeiras	-	-	(100)	(487)	-79%
Despesas financeiras	(2)	(4)	(212)	(1.192)	-82%
Juros sobre debêntures	-	-	(2.427)	(10.056)	-76%
Juros Fomecedores	-	-	(4.839)	-	100%
Custo de transação	(354)	(427)	(355)	(459)	-23%
Atualização outorga fixa	-	-	(3.112)	(2.625)	19%
Despesa financeira - AVP	-	-	(14.116)	(24.328)	-42%
Juros sobre empréstimos	(18.801)	(21.206)	(19.699)	(21.245)	-7%
Total das despesas financeiras	(19.157)	(21.637)	(44.860)	(60.392)	-26%
Resultado financeiro líquido	(19.107)	(21.604)	(32.043)	(28.312)	13%

O resultado financeiro em 31 de dezembro de 2024 consolidado, no valor de R\$ 32 milhões negativo no período, 13% maior em comparação com o consolidado do ano anterior, deve-se essencialmente aos juros incorridos dos financiamentos de longo prazo da Companhia e juros das debêntures, na controlada, deduzidos dos rendimentos das aplicações financeiras.

EBITDA (Controlada)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro / (Prejuízo) líquido do período	20.794	16.214
(+) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	7.962	8.371
(+) Resultado financeiro	12.936	6.708
(+) Provisão para manutenção	27.328	31.339
(+) Depreciações e amortizações	38.599	33.074
EBITDA (a)	107.619	95.706

(a) O EBITDA é calculado por: lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pela despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciações e amortizações.

AGRADECIMENTOS

A administração da Concessionária de Rodovias MS 306 S.A., controlada, registra seu agradecimento ao Governo de Mato Grosso do Sul, através da Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA, a AGEMS - Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul; às Instituições financeiras que apoiam o programa de investimento, em especial os debenturistas; e aos Acionistas da Companhia, que juntos possibilitam a realização desse projeto.

Registramos agradecimento especial aos Usuários da Rodovia e, principalmente aos nossos Colaboradores pelo esforço, dedicação e comprometimento na consolidação dos objetivos empresariais da Companhia.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 870 -
6º andar, Sala 602 - Vila do Golf,
Ribeirão Preto (SP) Brasil
T +55 16 3103-8940
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas e Administradores da
Elo4 Administração e Participações S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Elo4 Administração e Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Elo4 Administração e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração reapresentada está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia;
- Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 29 de abril de 2025

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-037.321/O-0 F SP



Marcelo Castro Valentini
Contador CRC 1SP-239.472/O-2

Elo4 Administração e Participações S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	6	349	19.525	24.561
Operações a receber	7	-	-	10.488	10.221
Contas a receber partes relacionadas	21	-	-	-	348
Despesas antecipadas	8	-	-	477	625
Impostos a recuperar	9	22	15	2.923	5.854
Outras contas a receber	-	31	-	351	269
Total do ativo circulante		59	364	33.764	41.878
Ativo não circulante					
Investimentos	10	186.655	146.018	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	-	-	27.703	-
Imobilizado	11	-	-	6.192	7.975
Intangível	12	-	-	980.568	833.722
Total do ativo não circulante		186.655	146.018	1.014.463	841.697
Total do ativo		186.714	146.382	1.048.227	883.575

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Elo4 Administração e Participações S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	6.102	123.893	8.085	124.072
Debêntures	14	-	-	507	795
Fornecedores e outras contas a pagar	17	-	-	50.690	35.141
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	18	-	-	1.265	1.144
Obrigações fiscais	19	4	-	2.007	2.210
Direito de outorga concessão	11	-	-	11.965	11.434
Contas a pagar partes relacionadas	20	381	399	6.395	373
Obrigações com o poder concedente	-	-	-	705	322
Obrigações com infraestrutura a realizar	-	-	-	17.820	-
Total do passivo circulante		6.487	124.292	99.439	175.491
Passivo não circulante					
Contas a pagar partes relacionadas	20	762	793	762	793
Empréstimos e financiamentos	14	122.500	-	128.075	179
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	-	-	50.784	16.564
Debêntures	14	-	-	383.295	361.756
Direito de outorga concessão	11	-	-	235.666	234.074
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	16	-	-	231	78
Obrigações com infraestrutura a realizar	15	-	-	46.346	36.838
Total do passivo não circulante		123.262	793	845.159	650.282
Patrimônio líquido					
	21				
Capital social	-	86.083	44.924	86.083	44.924
Reserva legal	-	-	-	-	-
Reserva especial dividendos	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	8.000	10.663	8.000	10.663
Lucro (prejuízo) acumulado	-	(37.118)	(34.290)	(37.118)	(34.290)
Total do patrimônio líquido		56.965	21.297	56.965	21.297
Participações acionistas não controladores	-	-	-	46.664	36.505
		56.965	21.297	103.629	57.802
Total do passivo e do patrimônio líquido		186.714	146.382	1.048.227	883.575

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Elo4 Administração e participações S.A.

Demonstrações do resultado
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023

[Em milhares de reais]

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	22	-	-	136.996	127.801
Receita com construção e infraestrutura	22	-	-	173.862	214.761
Receitas extraordinárias	22	-	-	46	143
Custos com construção e infraestrutura	23	-	-	(173.862)	(214.761)
Custos dos serviços prestados	23	-	-	(65.954)	(64.854)
Resultado bruto		-	-	71.088	63.090
Despesas gerais e administrativas	23	(358)	(33)	(29.744)	(31.830)
Outras receitas	-	-	12	(10)	-
Resultado da equivalência patrimonial	9	16.637	12.971	-	-
Lucro líquido antes do resultado financeiro e impostos		16.279	12.950	41.334	31.260
Resultado financeiro	24	(19.107)	(21.604)	(32.043)	(28.312)
Lucro líquido antes dos impostos		(2.828)	(8.654)	9.291	2.948
Imposto de renda e contribuição social - corrente	12	-	-	(1.736)	(130)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	12	-	-	(6.226)	(8.241)
Resultado líquido exercício		(2.828)	(8.654)	1.329	(5.423)
Lucro (prejuízo) atribuído a controladores	-	-	-	(2.828)	(8.654)
Lucro (prejuízo) atribuído a não controladores	-	-	-	4.157	3.231
Resultado líquido exercício		(2.828)	(8.654)	1.329	(5.423)
Lucro básico diluído por ação em reais	-	(0,03)	(0,19)	0,01	(0,04)
Lucro diluído por ação atribuído a controladores	-	-	-	(0,02)	(0,05)
Lucro diluído por ação atribuído a não controladores	-	-	-	0,01	0,01
		(0,03)	(0,19)	0,01	(0,04)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Elo4 Administração e Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangente
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado líquido exercício	(2.828)	(8.654)	1.329	(5.423)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultados abrangentes do exercício	(2.828)	(8.654)	1.329	(5.423)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Elo4 Administração e Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidado
para os exercícios em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Capital social	Adiantamento futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total	Acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2023	22.779	11.078	(25.636)	8.221	33.274	41.495
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	21.730	-	21.730	-	21.730
Aumento de capital social	22.145	(22.145)	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	(8.654)	(8.654)	-	(8.654)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	3.231	3.231
Saldos em 31 de dezembro de 2023	44.924	10.663	(34.290)	21.297	36.505	57.802
Saldos em 1º de janeiro de 2024	44.924	10.663	(34.290)	21.297	36.505	57.802
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	40.496	-	40.496	-	40.496
Aumento de capital social	41.159	(43.159)	-	(2.000)	-	(2.000)
Resultado líquido do exercício	-	-	(2.828)	(2.828)	-	(2.828)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	10.159	10.159
Saldos em 31 de dezembro de 2024	86.083	8.000	(37.118)	56.965	46.664	103.629

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Elo4 Administração e Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado líquido exercício	(2.828)	(8.654)	1.329	(5.423)
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações imobilizado	-	-	2.027	2.113
Amortização do Intangível	-	-	37.686	30.961
Baixa líquidas do imobilizado	-	-	43	2.250
Baixa líquidas do intangível	-	-	8	6.153
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	6.226	8.241
Juros e variações monetárias de empréstimos e financiamentos	18.801	21.206	19.399	21.245
Atualização outorga	-	-	3.112	2.624
Juros debêntures	-	-	42.236	39.598
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-	-	153	19
Provisão para manutenção em rodovias	-	-	27.328	33.810
Custos transação cédula de crédito bancário	36	428	2.430	2.800
Resultado de equivalência patrimonial	(16.637)	(12.971)	-	-
Aumento líquido (redução) dos ativos operacionais				
Operações a receber	-	-	(267)	(3.659)
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	363	153
Despesas antecipadas	-	-	148	(316)
Impostos a recuperar	(1)	(15)	2.939	(1.938)
Outros recebíveis	(37)	12	203	(70)
Aumento líquido (redução) dos passivos operacionais:				
Fornecedores	-	-	15.799	27.927
Obrigações trabalhistas e sociais	-	-	121	162
Obrigações fiscais	4	-	(203)	884
Obrigações com o poder concedente	-	-	383	-
Contas a pagar - partes relacionadas	(49)	(11)	5.726	(32)
Pagamento outorga fixa concessão	-	-	(11.661)	(11.221)
Outras contas a pagar	-	-	-	32
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(14.128)	(21.461)	(14.196)	(21.514)
Pagamento de juros debêntures	-	-	(23.379)	(22.300)
Caixa líquido oriundo das atividades operacionais	(14.839)	(21.466)	117.953	112.499
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição Investimentos	(24.000)	-	-	-
Aquisições de itens do ativo imobilizado	-	-	(287)	(1.547)
Aquisições de itens do intangível	-	-	(173.868)	(220.839)
Caixa líquido oriundo das atividades de investimento	(24.000)	-	(174.155)	(222.386)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Integralização capital social	41.159	22.145	41.159	22.145
Adiantamento para futuro aumento de capital	(2.663)	(415)	3.337	(415)
Captações de empréstimos e financiamentos	-	-	6.892	491
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	-	-	(222)	(216)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	38.496	21.730	51.166	22.005
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(343)	264	(5.036)	(87.882)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	349	85	24.561	112.443
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	349	19.525	24.561
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(343)	264	(5.036)	(87.882)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Elo4 Administração e Participações S.A.

Demonstração do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas				
Prestação de serviços	-	-	150.005	139.903
Receita dos serviços de construção	-	-	173.862	214.761
Outras receitas	20	33	43	33
	20	33	323.910	354.697
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados	(277)	(29)	(36.347)	(44.675)
Custo dos serviços de construção	-	-	(173.862)	(214.761)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(81)	(4)	(6.202)	(6.214)
	(358)	(33)	(216.411)	(265.650)
Valor adicionado bruto	(338)	-	107.499	89.047
Depreciações e amortizações	-	-	(39.713)	(33.074)
Valor adicionado líquido produzido	(338)	-	67.786	55.973
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas (despesas) financeiras	33	(21.622)	12.700	10.069
Resultado da equivalência patrimonial	16.637	12.971	-	-
	16.670	(8.651)	12.700	10.069
Valor adicionado total a distribuir	16.332	(8.651)	80.486	66.042
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	-	-	8.125	7.596
Benefícios	-	-	2.236	2.343
FGTS	-	-	593	553
Impostos, taxas e contribuições				
Federais (incluindo IOF)	4	3	15.534	15.402
Estaduais	-	-	72	74
Municipais	-	-	7.520	6.995
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	19.156	-	44.757	38.268
Aluguéis	-	-	320	234
Remuneração de capitais próprios				
Resultado líquido exercício	(2.828)	(8.654)	1.329	(5.423)
	16.332	(8.651)	80.486	66.042

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Elo4 Administração e Participações S.A. (“Companhia”) ou (“Controladora”) é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede na Av. Professor Frederico Herman Junior, nº 296, Alto de Pinheiros, São Paulo – SP. A Companhia foi fundada em 04 de fevereiro de 2020 e tem como atividade principal a participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia-quotista, podendo abrir filiais ou depósitos em qualquer parte do território nacional ou exterior, bem como alterar o endereço da sede social sempre que necessário. As informações contábeis da Companhia, individuais e consolidadas, relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2024 abrangem a Companhia e sua Controlada.

	31/12/2024		31/12/2023
	País	Participação acionária %	Participação acionária %
Concessionária de Rodovia MS 306 S.A.	Brasil	80%	80%

1.1. Relação de entidade controlada

A sua Controlada a Concessionária de Rodovia MS 306 S.A. é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede na Av. Dois, nº 1.947, Centro, Chapadão do Sul – Mato Grosso do Sul – MS, que iniciou suas atividades em 24 de janeiro de 2020. Com o objeto social específica e exclusivamente, nos termos do Edital de Concorrência nº 001/2019 (“Edital”), a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade de trechos da Rodovia Estadual MS – 306 e da rodovia Federal BR-359 nos termos do Contrato de Concessão (“Rodovia e “Concessão”); celebrado com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul – MS, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura do Estado de Mato Grosso do Sul Seinfra), em 19 de março de 2020.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A cobrança da Tarifa de Pedágio iniciou em 09 de abril de 2021, após a conclusão dos trabalhos iniciais, de acordo com o estabelecido no Programa de Exploração da Rodovia (PER).

O presente contrato poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do Poder Concedente, por até 30 (trinta) anos, nas seguintes hipóteses:

- Pela presença do interesse público, devidamente justificado;
- Em decorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovada; e
- Em decorrência de fato da administração ou fato de príncipe, devidamente comprovado.

Para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando exigidos pelo Poder Concedente novos investimentos ou serviços, não previstos no Programa de Exploração da Rodovia (PER), ou em decorrência de sua alteração.

Conforme definido pela Seinfra, o contrato de concessão estabelece os compromissos assumidos pela Companhia através do Programa de Exploração da Rodovia (PER), demonstrando todas as metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, divididos em quatro frentes:

- Frente de melhorias operacionais;
- Frente de ampliação de capacidade e manutenção de nível de serviço; e
- Frente de serviços operacionais.

Encerrado o prazo de Concessão, serão revertidos à União todos os bens reversíveis, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, e cessarão, para a Concessionária, todos os direitos emergentes do Contrato.

Decorrente desta concessão, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

- Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 605.306, dos quais R\$ 115.008 foram pagos à vista e o saldo devedor em 29 parcelas anuais, reajustadas pela variação do IPCA a partir de 2021; e
- Apesar de não possuir compromisso contratual de registro simples na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Companhia possui o compromisso, contratual, de seguir as regras constantes de Governança Corporativa da CVM.

2. Base de preparação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na Lei das Companhias por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC,) aprovadas pela CVM, além das próprias normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (“IFRS”)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A emissão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foi aprovada pela administração da Companhia em 29 de abril 2025.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações contábeis intermediárias estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela administração da Controlada, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 11** – Imobilizado;
- **Nota Explicativa nº 12** – Intangível;
- **Nota Explicativa nº 13** – Ativos e passivos fiscais diferidos; e
- **Nota Explicativa nº 17** – Provisão para Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais.

5. Principais políticas contábeis

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida serão testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O contrato de concessão da Controlada é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment*, a Controlada revisará anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do período contratual.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024, a Controlada efetuou as avaliações pertinentes e não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas aos contratos onerosos, conforme previsões do CPC 25.

A Controlada possui os seguintes ativos intangíveis:

Contratos de concessão de serviços

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 – “Contratos de Concessão”, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, o concessionário:

Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário prestar serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder ao direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários da rodovia pela utilização da infraestrutura. Esse direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo.

A Controlada estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. Nessa circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

Direito de outorga (Controlada)

O valor pago ao poder concedente correspondente ao direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica “direito de outorga”, no ativo intangível (Nota Explicativa nº 12). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) foram registradas no passivo e já foram liquidadas.

O direito de outorga da concessão vem sendo amortizado pelo tempo de concessão.

Outros ativos intangíveis (Controlada)

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Controlada e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Gastos subsequentes (Controlada)

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Amortização (Controlada)

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

O critério definido para amortização dos ativos intangíveis originados do contrato de concessão de serviços e do direito de outorga é com base no prazo de concessão.

A amortização é reconhecida no resultado.

A amortização de outros ativos intangíveis é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ultrapassam o prazo da concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo, quando aplicável.

Imobilizado (Controlada)

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

A Companhia considera como ativo imobilizado somente os bens que estão em seu poder e podem ser a qualquer momento negociado sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração; e
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados; e custos dos empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Custos subsequentes (Controlada)

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Controlada. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação (Controlada)

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e exercício comparativos são as seguintes:

Computadores e periféricos	05 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	05 anos

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros - não derivativos (Controlada)

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são:

- i)** Novos critérios de classificação de ativos financeiros;
- ii)** Novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e
- iii)** Flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

A adoção dessa nova norma a partir de 1ª de janeiro de 2020 não gerou impacto nas informações contábeis da Controlada.

Ativos não financeiros (Controlada)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está abaixo do registrado (*impaired*), um novo valor do ativo é determinado.

A Controlada determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Provisões gerais

As provisões serão reconhecidas quando a controlada possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. A despesa relativa a quaisquer provisões será apresentada na demonstração do resultado.

Provisão de manutenção - contratos de concessão (controlada)

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, serão registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data das informações contábeis.

A política da Controlada definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção será contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura será mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos dos empréstimos serão capitalizados durante a fase de construção.

Receita operacional

Receita de pedágio (controlada)

A receita será reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Controlada e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita será mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre a prestação de serviços.

A receita será reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Controlada. Quando a Controlada presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

Receita de construção (controlada)

Receitas de construção na Controlada: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

A Controlada não irá reconhecer margem de lucro por considerar que tais valores serão irrelevantes, considerando-a zero.

Os custos dos contratos serão reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que refletem as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de informações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos refletem as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da controlada pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo período. A Controlada não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação.

Informações por segmento

A principal receita da atividade da Controlada vem do recebimento da tarifa de pedágio sendo, no entanto, facultado à Controlada explorar outras fontes de receitas complementares, de acordo com o contrato de concessão.

Todas as decisões dos administradores e gestores relativas ao planejamento estratégico, financeiras, compras, investimentos de recursos e avaliação de performance são tomadas considerando a Companhia como um todo, ou seja, a Controlada está organizada em um único segmento de negócio.

Demonstração de Valor Adicionado (DVA)

A Controlada elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são requeridas pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), enquanto para as IFRS representam informação financeira adicional.

Novas normas e pronunciamentos contábeis

No ano findo em 31 de dezembro de 2024, não foram emitidas novas normas, alterações e interpretações de normas contábeis em relação a 31 de dezembro de 2023.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	4	4	284	330
Saldos bancários	2	116	311	416
Numerários em trânsito	-	-	1.040	1.147
Aplicações financeiras	-	229	17.890	22.668
Total	6	349	19.525	24.561

As aplicações financeiras na controlada correspondem aos Fundos de Investimento e CDBs. Os fundos de investimento referem-se à aplicação em renda fixa simples em Banco de primeira linha, com prazo determinado de duração inferior a três meses. O fundo conta com carteira simplificada e com performance atrelada à Selic, e com remuneração de 110% do CDI no período.

As aplicações em CDBs com modalidade pós – DI com remuneração controlada entre 95% e 114% do CDI, ou aplicação automática dos recursos disponíveis em conta corrente com remuneração que pode variar entre 5% e 20% do CDI.

No montante de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2024, temos os valores de R\$ 12.227 em conta reserva e R\$ 1.908 em conta provisão, aplicações vinculadas de curto prazo para garantir ao pagamento das debêntures.

A exposição da Companhia aos riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 27.

7. Operações a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Pedágio eletrônico a receber	-	-	10.129	9.995
Vale-pedágio a receber	-	-	129	167
Cartões de crédito a receber	-	-	230	59
Total	-	-	10.488	10.221

As contas a receber na Controlada são originadas da arrecadação nas praças de pedágios, principalmente decorrente do uso de instrumentos eletrônicos, ou seja, toda forma de arrecadação que não seja papel.

Em 31 de dezembro de 2024, a administração da Controlada entende que não se faz necessária a constituição de Provisão para perda de créditos esperada sobre o saldo de contas a receber, tendo em vista que o montante total de contas a receber é substancialmente composto por créditos com empresas de arrecadação eletrônica, para as quais inexistente histórico de inadimplência.

A Controlada pode ainda solicitar a antecipação dos recebíveis de pedágio, mediante cobrança de taxas pelas operadoras de cobrança eletrônica.

A Controlada avaliou o Ajuste a Valor Presente dos seus saldos de contas a receber de clientes na data-base de 31 de dezembro de 2024, e concluiu que os valores se equiparam substancialmente aos valores contábeis apresentados nas informações contábeis intermediárias.

8. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Seguros a apropriar (a)	-	-	475	625
IPVA a apropriar (b)	-	-	2	-
Total	-	-	477	625

(a) Corresponde às despesas com seguros contratados pela Companhia, que possuem prazo de cobertura de até 12 meses, e que vem sendo apropriadas ao resultado ao longo desse período; e

(b) Corresponde às despesas com IPVA pagas em cota única pela Companhia, que será apropriada no resultado em 12 meses.

9. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRRF a recuperar	1	1	1	1
PIS/Cofins/CSLL a recuperar	5	5	5	5
Imposto retido de aplicação financeira	16	9	2.913	5.843
IOF de aplicação financeira	-	-	4	5
Total	22	15	2.923	5.854

Notas explicativas da administração as demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais)

10. Investimentos

Os saldos dos investimentos em controladas são representados como segue:

31/12/2024											
Concessionária da Rodovia MS 306 S/A	Ações ordinárias	% Participação total e votant	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado operacional	Receita e despesas financeiras	Lucro do Exercício
Total	116.808.000	80%	33.716	-	92.963	721.897	233.319	-	28.756	(12.936)	20.794

Movimentação do investimento

	Saldo inicial 31/12/2023	Adiantamento para futuro aumento de capital	Equivalência patrimonial	Saldo final 31/12/2024
Concessionária da Rodovia MS 306 S/A	146.018	24.000	16.637	186.655
Total	146.018	24.000	16.637	186.655

31/12/2023											
Concessionária da Rodovia MS 306 S/A	Ações ordinárias	% Participação total e votante	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado operacional	Receita e despesas financeiras	Lucro do Exercício
Total	116.808.000	80%	41.542	-	51.225	649.489	182.525	-	31.293	(6.708)	16.214

Movimentação do investimento

	Saldo inicial 31/12/2022	Equivalência patrimonial	Saldo final 31/12/2023
Concessionária da Rodovia MS 306 S/A	133.047	12.971	146.018
Total	133.047	12.971	146.018

Notas explicativas da administração as demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais)

11. Imobilizado

	Taxas médias anuais de depreciação %	Consolidado								Líquido 31/12/2024
		Custos			Depreciação					
		Saldos 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldos 31/12/2024	Saldos 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldos 31/12/2024	
Imobilizado da Administração	10%	2.791	72	-	2.863	(1.117)	(405)	-	(1.522)	1.341
Máquinas e equipamentos	10%	4.999	24	(10)	5.013	(1.372)	(500)	3	(1.869)	3.144
Veículos	20%	5.603	191	(146)	5.648	(2.928)	(1.122)	110	(3.940)	1.707
Total		13.393	287	(156)	13.524	(5.417)	(2.027)	113	(7.331)	6.192

	Taxas médias anuais de depreciação %	Consolidado								Líquido 31/12/2023
		Custos			Depreciação					
		Saldos 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldos 31/12/2023	Saldos 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldos 31/12/2023	
Imobilizado da Administração	10%	2.357	434	-	2.791	(730)	(387)	-	(1.117)	1.674
Máquinas e equipamentos	10%	6.408	591	(2.000)	4.999	(738)	(634)	-	(1.372)	3.627
Veículos	20%	5.450	522	(369)	5.603	(1.955)	(1.092)	119	(2.928)	2.674
Total		14.215	5.248	(2.369)	13.393	(3.423)	(2.113)	119	(5.417)	7.975

Provisão por redução do valor recuperável

A controlada efetuou o teste de recuperabilidade do ativo imobilizado e concluiu que não há indicativos para a constituição de provisão por redução do valor recuperável para ser reconhecida em suas demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração as demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais)

12. Intangível

	Taxas médias anuais de amortização %	Consolidado										
		Custos				Amortização						
		Saldos	Adições	Transferência	Baixas	Saldos	Saldos	Adições	Realização	Saldos	Líquido	Líquido
31/12/2023				31/12/2024	31/12/2023		A.V.P. Outorga	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023		
Intangível em operação	3,80%	341.056	-	218.183	-	559.239	(15.853)	(16.748)	-	(32.601)	526.638	325.203
Intangível em andamento	-	188.812	173.862	(218.183)	(8)	144.483	-	-	-	-	144.483	188.812
Licenças de uso de softwares	-	450	6	-	-	456	(253)	(90)	-	(343)	113	197
Direito de outorga concessão	3,33%	605.306	-	-	-	605.306	(56.811)	(20.848)	-	(77.659)	527.647	548.495
Ajustes Valor Presente (A.V.P) Outorga		(267.114)	-	-	-	(267.114)	38.129	-	10.672	48.801	(218.313)	(228.985)
Total		868.510	173.868	-	(8)	1.042.370	(34.788)	(37.686)	10.672	(61.802)	980.568	833.722

	Taxas médias anuais de amortização %	Consolidado										
		Custos				Amortização						
		Saldos	Adições	Transferência	Baixas	Saldos	Saldos	Adições	Realização	Saldos	Líquido	Líquido
31/12/2022				31/12/2023	31/12/2022		A.V.P. Outorga	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023		
Intangível em operação	3,80%	178.446	-	162.610	-	341.056	(6.932)	(8.921)	-	(15.853)	325.203	
Intangível em andamento	-	136.741	220.834	(162.872)	(5.891)	188.812	-	-	-	-	188.812	
Licenças de uso de softwares	-	445	5	-	-	450	(163)	(90)	-	(253)	197	
Direito de outorga concessão	3,33%	605.306	-	-	-	605.306	(34.861)	(21.950)	-	(56.811)	548.495	
Ajustes Valor Presente (A.V.P)												
Outorga		(267.114)	-	-	-	(267.114)	16.271	-	21.858	38.129	(228.985)	
Total		653.824	220.839	(262)	(5.891)	868.510	(25.685)	(30.961)	21.858	(34.788)	833.722	

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.1, a Controlada registrou o direito de outorga decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Valor da outorga	605.306	605.306
Pagamento - outorga fixa	(148.838)	(137.176)
Atualização outorga	9.476	6.363
Ajuste ao valor presente - taxa desconto 4,50% (taxa de juros real compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga)	(267.114)	(267.114)
Realização AVP	48.801	38.129
Direito de outorga concessão	247.631	245.508
Circulante	11.965	11.434
Não circulante	235.666	234.074

Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no programa de investimentos.

Os ativos intangíveis da Companhia são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível é com base no tempo de concessão.

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada custos dos serviços prestados, nas demonstrações de resultado.

Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o direito de outorga que é composto por um único item devidamente detalhado no quadro acima.

13. Conciliação do imposto de renda e contribuição social diferido

A reconciliação, na controlada, entre a taxa efetiva e a taxa real em 31 de dezembro de 2024 do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 está evidenciada a seguir:

Os créditos tributários a compensar são calculados sobre os seguintes valores base:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro do período antes dos impostos	28.756	24.585
Alíquota nominal vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal vigente	9.777	8.359
Ajustes para a alíquota efetiva		
Diferenças temporárias	1.300	52
Diferenças permanentes	(3.115)	(40)
Despesas com imposto de renda e contribuição social		
Imposto corrente	(1.736)	(130)
Imposto diferidos	(6.226)	(8.241)
Total	(7.962)	(8.371)
Alíquota efetiva do imposto corrente	21,65%	0,53%

(*) Ativos fiscais diferidos foram reconhecidos em sua totalidade de acordo com as premissas futuras e com confiabilidade suficiente que permitisse o registro do ativo fiscal diferido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) – “Tributos sobre o lucro”.

Notas explicativas da administração as demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, na controlada, têm a seguinte origem:

	Ativos		Passivos		Líquido		Resultado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo fiscal gastos pré-operacionais (a)	2.636	4.742	-	-	(2.636)	(4.743)	(2.108)	(2.108)
Prejuízo fiscal base negativa (b)	3.176	3.394	-	-	(3.176)	(3.394)	73	(52)
Provisão para manutenção (c)	21.815	12.523	-	-	(21.815)	(12.523)	9.292	11.495
Despesas financeiras debêntures capitalizadas (d)	-	-	41.981	28.446	41.981	28.446	(13.535)	(10.044)
Custos de transação debêntures capitalizadas (e)	-	-	8.803	8.803	8.803	8.803	-	(7.538)
Provisão para contingências cíveis, trabalhistas e fiscais (f)	76	25	-	-	(76)	(25)	52	6
Total dos impostos diferidos	27.703	20.684	50.784	37.249	23.081	16.564	(6.226)	(8.241)

(a) A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e contribuição social por ter sua origem em despesas pré-operacionais, serão amortizados em 60 meses a partir de abril de 2021 quando deu início à arrecadação de pedágios pela Companhia;

(b) De acordo com o CPC 32 e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuro determinado em estudo técnico aprovado pela administração, o prejuízo fiscal apurado pela Companhia dentro do mesmo exercício são reconhecidos como ativo diferido de base negativa;

(c) As provisões para manutenção são constituídas para fazer frente aos compromissos operacionais visando manter serviços adequados e de qualidade, em especial o pavimento e sinalização;

(d) De acordo com CPC 20(R1), os juros das debêntures foram capitalizados, líquidos das receitas financeiras geradas pelos recursos ainda não utilizados;

(e) Capitalização dos custos de transação das debêntures; e

(f) Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais.

14. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos da Controladora estão representados por:

Nº contrato	Modalidade	Encargos financeiros incidentes	Vencimento	Amortização principal	Controladora	
					31/12/2024	31/12/2023
CCB250/20 (5º Aditivo)	CCB - Capital de Giro	CDI + 4,67% a.a.	04/03/2026	01 parcelas em de 04/03/2026	128.602	123.929
	(-) Custos de transação a amortizar				-	(36)
Total					128.602	123.893
Circulante					6.102	123.893
Não circulante					122.500	-

Em 20 de março de 2024, através do 5º Aditamento à CCB250/20, o alterou a data de vencimento e a taxa.

Alterações

As Partes desejam modificar os itens 2.1.4, 7 e 7.3 do Quadro-Resumo II da CCB para alterar a Taza Spread, o Prazo e o Vencimento Final. Desta forma, referidos itens passam a ter a seguinte redação:

“Taxa Spread: 0,381% a.m. (trezentos e oitenta e um milésimos por cento) exponencial ao mês, equivalente a 4,67% a.a. (quatro inteiros e sessenta e sete centésimos por cento) ao ano” “Prazo: 2106 dias”, o que elevou o vencimento final para 04 de março de 2026.

Movimentação dos empréstimos

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	123.893	123.720
Atualização juros	18.801	21.206
Pagamentos de juros	(14.128)	(21.461)
Custo de transação	36	428
Saldo final	128.602	123.893

Abertura dos pagamentos dos empréstimos classificados no não circulante:

Ano de vencimento	31/12/2024	31/12/2023
2026	122.500	-
Total	122.500	-

Notas explicativas da administração as demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais)

Os saldos de empréstimos e financiamentos do consolidado estão representados por:

Nº contrato	Modalidade	Banco	Encargos financeiros	Data início	Vencimento	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
CCB250/20 (5º Aditivo)	CCB - Capital de giro	CDI + 4,67 % a.a.	04/03/2026	01 parcelas em de 04/03/2026		128.602	123.929
	(-) Custos de transação a amortizar					-	(36)
48647151	C.C.B.	Banco Volkswagen	18,72% a.a. (pré)	09/12/2022	09/06/2024	-	45
48120200	C.C.B.	Banco Volkswagen	12,55% a.a. (pré)	17/08/2022	17/02/2024	-	14
440090771180	Finame - BNDES	Sicredi	IPCA 6,15% a.a. + Fator BNDES 3,83 a.a.	05/06/2023	05/06/2026	176	299
6134034	C.C.B.	Banco Bradesco	Selic BNDES D2-CET 12,9545% a.a.	13/06/2024	15/06/2027	7.382	-
Total						136.160	124.251
	Circulante					8.085	124.072
	Não circulante					128.075	179

Movimentação dos empréstimos

Consolidado	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	124.251	123.817
Captação	6.892	491
Atualização juros	19.399	21.245
Pagamento principal	(222)	(216)
Pagamento de juros	(14.196)	(21.514)
Custo de transação	36	428
Saldo final	136.160	124.251

Notas explicativas da administração as demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais)

Abertura dos pagamentos dos empréstimos classificados no não circulante:

Ano de vencimento	31/12/2024	31/12/2023
2025	-	122
2026	128.184	57
2027	1.558	-
Total	129.742	179

Os empréstimos e financiamentos na controlada são garantidos pelo CCB – aval dos acionistas.

15. Debêntures

As debêntures da controlada estão representadas por:

Abertura dos pagamentos das debêntures classificados no não circulante

Nº contrato	Modalidade	Banco	Encargos financeiros	Data início	Vencimento	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
C.V.M. 476	Debêntures	Coord. Lider Banco BTG Pactual S.A.	IPCA + 6,0% a.a.	12/02/2021	15/06/2035	401.206	382.349
		(-) Custo de transação a amortizar				(17.404)	(19.798)
Total						383.802	362.551
Circulante						507	795
Não circulante						383.295	361.756

Ano de vencimento	31/12/2024	31/12/2023
2026	27.665	26.046
2027	32.648	31.835
2028	24.127	23.514
2029	13.920	13.565
2030 a 2035	280.618	266.796
Total	378.978	361.756

Movimentação das debêntures

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	362.551	342.881
Atualização juros	42.236	39.598
Pagamento de juros	(23.379)	(22.300)
Custo de transação	2.394	2.372
Saldo final	383.802	362.551

As debêntures são garantidas pela: Alienação Fiduciária das Ações da Companhia e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

As debêntures têm cláusulas de vencimento antecipado conforme previsto na escritura:

“5.1 Observado o disposto nas Cláusulas 5.2 a 5.7 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do valor previsto na Cláusula 5.7 abaixo, e dos Encargos Moratórios e multas, se houver, incidentes até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo ainda da busca de indenização por perdas e danos (excluídos quaisquer danos indiretos, danos à imagem e lucros cessantes) que compense integralmente o eventual dano causado pelo inadimplemento da Emissora, na ocorrência de quaisquer das situações previstas nesta Cláusula, respeitados os respectivos prazos de cura (cada um desses Evento de Vencimento antecipado).

5.1.1 Observados os eventuais prazos de cura aplicáveis, a ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nesta Cláusula 5.1.1 acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso extrajudicial, interpelação judicial, Evento de Vencimento Antecipado Automático não adimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária, principal ou acessória decorrente desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia, não sanada **(i)** dentro do prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data do inadimplemento, em relação às obrigações pecuniárias decorrentes desta Escritura de Emissão; e **(ii)** dentro do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do inadimplemento, em relação às obrigações pecuniárias decorrentes dos Contratos de Garantia, sendo que os prazos previstos neste inciso não se aplicam às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;

(i) decretação de falência da Emissora; **(ii)** pedido de autofalência pela Emissora; **(iii)** pedido de falência da Emissora, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; **(iv)** pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou **(v)** liquidação, dissolução ou extinção da Emissora; declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira e/ou obrigação financeira (local ou internacional) no mercado de capitais local ou internacional da Emissora, em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), valor este a ser devidamente corrigido pelo IPCA a partir da Data de Emissão até a declaração de vencimento antecipado de que trata esta alínea;

questionamento judicial desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia pela Emissora, pelas Intervenientes Acionistas e/ou por qualquer outra parte de tais documentos;

nulidade, cancelamento, revogação ou declaração judicial de invalidade ou ineficácia total ou parcial desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantias; e

aplicação dos recursos oriundos da Emissão, pela Emissora, em destinação diversa da descrita na Cláusula 3.8 desta Escritura de Emissão.

5.1.2 Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados neste item 5.1.2 não sanados no prazo de cura eventualmente aplicável, o Agente Fiduciário deverá tomar as providências Evento de Vencimento Antecipado nos itens 5.2 e a seguintes abaixo (cada um, um “Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático”, respectivamente):

a) Se a Emissora realizar qualquer pagamento aos seus acionistas de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob a forma de juros sobre capital próprio **(i)** após ter sido notificada pelo Agente Fiduciário com relação ao inadimplemento de qualquer obrigação oriunda da presente Escritura de Emissão e antes de curar tal inadimplemento, ou **(ii)** entre a data em que for apurado o descumprimento do Índice Mínimo do ICSD, ainda que tal descumprimento tenha sido curado por meio de um ou mais aportes de acionistas, nos termos da Cláusula 5.1.2(bb) **(iii)** abaixo, e a data em que a Emissora volte a observar o Índice Mínimo do ICSD, ou **(iii)** entre a data em que for apurado o descumprimento dos Índices Financeiros, nos termos da Cláusula 5.1.2 (aa) abaixo, e a data em que a Emissora volte a observar os Índices Financeiros;

b) Redução de capital da Emissora, exceto nas hipóteses de redução de capital social para compensação com prejuízos acumulados;

c) Alteração do objeto social da Emissora, exceto se tal alteração for determinada pelo Poder Concedente, nos estritos termos da determinação, devendo, neste caso, informar o Agente Fiduciário sobre referida determinação, em até 1 (um) Dia Útil, contado do recebimento de notificação nesse sentido do Poder Concedente;

d) Se proferida decisão judicial final ou sentença arbitral irrecorrível, não passíveis de recurso com efeito suspensivo, ou cujo recurso com efeito suspensivo não tenha sido interposto no prazo legal, que imponha à Emissora obrigação de pagamento em valor, individual ou agregado, equivalente a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), corrigido pelo IPCA a partir da Data de Emissão até a declaração de vencimento antecipado, e que possa colocar em risco o cumprimento de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;

- e)** Não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais que sejam indispensáveis para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora que (i) acarretem no envio, pelo Poder Concedente, de notificação formal informando a Emissora acerca da instauração de procedimento administrativo visando à rescisão, término, término antecipado, perda, intervenção, encampação, caducidade ou anulação do Contrato de Concessão; ou (ii) afete de forma significativa o regular exercício das 34 atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto se, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, ou prazo maior caso concedido pelo respectivo órgão, a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora renove ou obtenha as referidas autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças;
- f)** A Emissora ou as Intervenientes Acionistas, transfiram ou por qualquer forma cedam ou prometam ceder a terceiros os direitos e obrigações assumidos nos termos desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia, conforme aplicável, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- g)** A Emissora realize a alienação, cessão, doação, contribuição ao capital social ou a transferência, por qualquer meio, de bens, ativos ou direitos integrantes do ativo não circulante de sua propriedade que possa(m) levar ao descumprimento de obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, exceto quando se tratar: **(i)** de bens inservíveis ou obsoletos; **(ii)** de bens que sejam substituídos por novos de idêntica finalidade; **(iii)** de prestação de garantia real em virtude de determinação legal, para garantia do juízo em caso de ações judiciais e/ou processos administrativos, em que a Emissora figure no polo passivo; e/ou **(iv)** de propriedade fiduciária constituída em garantia a financiamentos para aquisição de equipamentos junto aos próprios fornecedores ou aos respectivos financiadores;
- h)** Expropriação, confisco ou qualquer outra medida expropriatória de qualquer entidade governamental brasileira que resulte na capacidade da Emissora de gerir seus negócios ou que resulte na perda da propriedade ou posse direta de seus bens ou ativos;
- i)** Se proferida decisão judicial final ou sentença arbitral irrecorrível, não passíveis de recurso com efeito suspensivo, ou cujo recurso com efeito suspensivo não tenha sido interposto no prazo legal, que imponha arresto, sequestro ou penhora de bens da Emissora que **(i)** resulte na incapacidade da Emissora de gerir seus negócios ou **(ii)** que afete de forma adversa a capacidade de pagamento, pela Emissora, de suas obrigações relativas à presente Escritura de Emissão;
- j)** Cisão, fusão ou, ainda, incorporação da Emissora, ou qualquer outra forma de reorganização societária, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, exceto as hipóteses de **(i)** cessão onerosa, em favor de Bandeirantes, Senpar Ltda., TORC, TCL e VFL Holding de Participações Imobiliárias Ltda. (CNPJ/ME 15.759.748/0001-40), de usufruto do direito de voto nas deliberações sociais da Emissora (usufruto político);
- k)** A ocorrência de alteração na composição societária da Emissora que resulte na transferência a terceiros do seu controle acionário, sem prévia e expressa aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, restando desde já 35 autorizadas **(i)** as hipóteses de transferência entre os acionistas controladores, diretos e indiretos, da Emissora ou entre Companhias do grupo econômico de cada acionista controlador, bem como **(ii)** a transferência de até 6% (seis por cento) das ações atualmente emitidas pela Elo4 Administração e Participações S.A. para a Companhia VFL Holding de Participações Imobiliárias Ltda., CNPJ/ME 15.759.748/0001-40. Entende o conceito decorrente do artigo 116 da Lei das Companhias por Ações;
- l)** Celebração de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, a partir da Data de Emissão, sem o consentimento prévio dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- m)** Constituição, pela Emissora, de qualquer novo financiamento ou empréstimo com instituição financeira, bem como endividamento decorrente da emissão de valores mobiliários, exceto financiamentos ou empréstimos cujo montante seja, de forma individual ou agregada, igual ou inferior a 5% (cinco por cento) da receita bruta de pedágio anual da Emissora (verificada por meio de suas demonstrações contábeis auditadas do exercício anterior), excluída a dívida decorrente desta Emissão;

- n)** Não cumprimento pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Acionistas das normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma das Leis Anticorrupção (conforme definido abaixo);
- o)** Perda definitiva, extinção, ou término antecipado da concessão objeto do Contrato de Concessão, por qualquer motivo, inclusive por encampação, caducidade ou anulação;
- p)** inadimplemento, pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Acionistas, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na presente Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia, não sanada no prazo de 15 (quinze) dias contados da data do inadimplemento, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
- q)** Se a Emissora **(i)** sofrer quaisquer protestos de títulos cujo valor individual ou agregado seja superior a **(i.a)** R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) até 31 de dezembro de 2025; ou **(i.b)** R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) após 31 de dezembro de 2025, valores estes a serem devidamente corrigidos pelo IPCA desde a Data de Emissão até o respectivo protesto, e que não sejam sanados, declarados ilegítimos ou comprovados como tendo sido indevidamente efetuados, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data em que a Emissora tiver ciência da respectiva ocorrência, ou **(ii)** for negativada em quaisquer cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, como SPC e SERASA, Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo - CCF ou Sistema de Informações de Crédito do Banco Central;
- r)** Proferimento de decisão judicial, administrativa ou arbitral, irrecorrível de natureza condenatória, contra a Emissora, que inviabilize a Concessão;
- s)** Cessaçã, interrupçã, abandono e/ou paralisaçã, de forma total ou parcial, da Concessã ou de qualquer ativo necessãrio à implementaçã ou operaçã da Concessã, por prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias corridos e, se parcial, desde que afete de forma adversa a capacidade de pagamento, pela Emissora, de suas obrigações relativas à presente Escritura de Emissã;
- t)** Comprovada, inconsistência, incorreçã material, insuficiêcia material ou descumprimento de quaisquer das informações, declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Acionistas nesta Escritura de Emissã ou nos Contratos de Garantia, e que afete de forma adversa e significativa a capacidade de pagamento, pela Emissora, de suas obrigações relativas à presente Escritura de Emissã, ou comprovada inveracidade de quaisquer das informações, declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Acionistas nesta Escritura de Emissã ou nos Contratos de Garantia;
- u)** Se as Garantias Reais se tornarem comprovadamente total ou parcialmente ineficazes, inexequíveis, inválidas, nulas ou insuficientes, bem como se as Garantias Reais forem canceladas e/ou rescindidas e/ou se ocorrer quaisquer eventos que afetem de forma material as Garantias Reais ou o cumprimento das disposições contidas nesta Escritura de Emissã, nos Contratos de Garantia e de seus eventuais aditamentos, exceto se tais garantias forem substituídas ou complementadas nos termos dos respectivos Contratos de Garantia;
- v)** Questionamento judicial, por qualquer terceiro, desta Escritura de Emissã e/ou dos Contratos de Garantia, que não tenha seus efeitos suspensos pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Acionistas no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data em que a Emissora e/ou as Intervenientes Acionistas tomarem ciência do ajuizamento de tal questionamento judicial e, em relaçã aos Contratos de Garantia, sem que a Emissora apresente outra garantia aceita(s) previamente pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, a seu exclusivo critério, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ocorrência do evento;

- w)** Caso a Emissora ou as Intervenientes Acionistas venham a alienar, empenhar, oferecer em garantia ou constituir qualquer tipo de ônus (assim definido como hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima ("Ônus")) e/ou gravame em favor de qualquer terceiro sobre os bens e direitos objeto das Garantias Reais, observada a cessão onerosa, em favor de Senpar, Bandeirantes, TORC, TCL e VFL, de usufruto do direito de voto nas deliberações sociais da Emissora (usufruto político), nos termos desta Escritura de Emissão;
- x)** Existência de sentença condenatória, em razão da prática de atos, pela Emissora e/ou por seus respectivos administradores, exclusivamente no exercício de suas funções, que importem em discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, ou crime contra o meio ambiente, sendo certo que a declaração de vencimento antecipado com base no estipulado nesta alínea não ocorrerá enquanto estiver sendo cumprida a pena imposta à Emissora e/ou aos administradores proferida antes da Data de Emissão, observado o devido processo legal;
- y)** Inscrição da Emissora no cadastro de empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, pela Portaria Interministerial nº 4, de 11 de maio de 2016 (ou outra que a substitua), do Ministério do Trabalho e Previdência Social e do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, ou outro cadastro oficial que venha a substituí-lo;
- z)** A alteração do escopo e da finalidade do Projeto sem a prévia aprovação de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme previsto na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão;
- aa)** Não atingimento pela Emissora, por 2 (duas) medições consecutivas ou 4 (quatro) alternadas, dos índices Financeiros s quais serão apurados semestralmente, até 30 de junho de 2026, na data da disponibilização das demonstrações contábeis relativas aos últimos 12 (doze) meses encerrados em junho e dezembro de cada ano, calculado pela Emissora e verificado pelo Agente Fiduciário, sendo a primeira apuração com base nas demonstrações contábeis auditadas da Emissora referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2021; e
- (1)** Entre 01 janeiro de 2021 e 31 dezembro de 2024: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco centésimos);
- (2)** Entre 01 janeiro de 2025 e 31 dezembro de 2025: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 (quatro inteiros); e
- (3)** Entre 01 janeiro de 2026 e 31 junho de 2026: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos).

Dívida Líquida auditadas da Emissora, o total dos empréstimos e financiamentos, em cada caso, celebrados com instituições financeiras, subtraídos o caixa e os equivalentes de caixa; bb) ICSD de 1,30 (um inteiro e trinta Índice Mínimo do ICSD que: para os fins desta alínea (bb), o ICSD deverá ser, a partir da data prevista no item abaixo, semestralmente apurado pelos auditores independentes, e fornecido pela Emissora ao Agente Fiduciário conforme metodologia de cálculo constante do Anexo II à presente Escritura de Emissão; a apuração do ICSD deverá ser feita na data da disponibilização das demonstrações contábeis relativas aos últimos 12 (doze) meses encerrados em junho e dezembro de cada ano, sendo a primeira apuração realizada na data de entrega das demonstrações contábeis relativas ao ano de 2026; e no caso de não atingimento da Emissora, por 2 (duas) medições consecutivas ou 4 (quatro) alternadas do ICSD mínimo de 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), a Emissora poderá curar eventual não atingimento do ICSD mediante a realização de um ou mais aportes de acionistas, conforme cálculo previsto no Anexo II, a ocorrer em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da notificação do Agente Fiduciário acerca do descumprimento do Índice Mínimo do ICSD, e a serem depositados e mantidos em uma conta de titularidade da Emissora, conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária, até que seja reestabelecido o patamar mínimo de 1,30 (um inteiro e trinta centésimos).

Sendo:

(i) “Dívida Líquida” significa, com base nas últimas demonstrações contábeis consolidadas auditadas da Emissora, o total dos empréstimos e financiamentos, em cada caso, celebrados com instituições financeiras, subtraídos o caixa e os equivalentes de caixa; *bb)* ICSD de 1,30 (um inteiro e trinta Índice Mínimo do ICSD que:

(ii) Para os fins desta alínea *(bb)*, o ICSD deverá ser, a partir da data prevista no item *(ii)* abaixo, semestralmente apurado pelos auditores independentes, e fornecido pela Emissora ao Agente Fiduciário conforme metodologia de cálculo constante do Anexo II à presente Escritura de Emissão;

(iii) A apuração do ICSD deverá ser feita na data da disponibilização das demonstrações contábeis relativas aos últimos 12 (doze) meses encerrados em junho e dezembro de cada ano, sendo a primeira apuração realizada na data de entrega das demonstrações contábeis relativas ao ano de 2026; e

(iv) No caso de não atingimento da Emissora, por 2 (duas) medições consecutivas ou 4 (quatro) alternadas do ICSD mínimo de 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), a Emissora poderá curar eventual não atingimento do ICSD mediante a realização de um ou mais aportes de acionistas, conforme cálculo previsto no Anexo II, a ocorrer em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da notificação do Agente Fiduciário acerca do descumprimento do Índice Mínimo do ICSD, e a serem depositados e mantidos em uma conta de titularidade da Emissora, conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária, até que seja reestabelecido o patamar mínimo de 1,30 (um inteiro e trinta centésimos).

Metodologia para cálculo do índice de cobertura do serviço da dívida

O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações contábeis, em determinado período de verificação, a saber:

A) Geração de caixa da atividade

(+) EBITDA;

(-) Imposto de Renda;

(-) Contribuição Social;

(-) CAPEX.

B) Serviço da Dívida;

(+) Amortização de Principal;

(+) Pagamento de Juros.

C) Índice de cobertura do serviço da dívida = $(A)/(B)$

O EBITDA corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:

(+) Lucro Líquido*;

(+) Despesa (receita) financeira líquida;

(+) Provisão para o imposto de renda e contribuições sociais;

(+) Provisão de Manutenção;

(+) Depreciações e amortizações;

(+) Outras despesas (receitas) líquidas não operacionais.

D) Valor de Complemento = $(1,30 C) \times (B)$, se aplicável nos termos da Cláusula 5.1.2(bb)(iii)

* O Lucro Líquido deve desconsiderar qualquer resultado de receitas e custos de construção do IFRS.

5.2 A ocorrência de qualquer dos eventos acima descritos deverá ser prontamente comunicada ao Agente Fiduciário, pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão e/ou dos respectivos Contratos de Garantia, em até 2 (dois) Dias Úteis da verificação de sua ocorrência. O descumprimento deste dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão, inclusive o de declarar o vencimento antecipado das Debêntures.”

Em 31 de dezembro de 2024, a Controlada atende todas as cláusulas contratuais da escritura.

16. Obrigações com infraestrutura a realizar

A Controlada possui a obrigação contratual de atender as condições de conservação da rodovia estabelecidas pelo Programa de Exploração da Rodovia (PER). Para essas manutenções previstas, a administração optou por reconhecer um passivo contingente decorrente do desgaste da vida útil dos custos aplicados na conservação da infraestrutura da rodovia.

A provisão destes passivos está calculada com base nos fluxos de caixa previstos para fazer frente a cada item a serem recuperados e terão os desembolsos previstos a partir de 2025 e estão contabilizados a valor presente com uma taxa de 8,30% a.a., a qual representa o custo médio de capital da Companhia.

A Companhia contabiliza o Contrato de Concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e conforme a Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão, que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance.

Provisão para manutenção em rodovias

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo das obrigações ajustados a valor presente, na Controlada, é de R\$ 64.166 demonstrado a seguir:

	31/12/2023	Adições	31/12/2024
Obrigações com infraestrutura a realizar	49.195	32.359	81.554
AVP - provisão para manutenção	(12.357)	(5.031)	(17.388)
Total	36.838	27.328	64.166

O Investimento programado em manutenções inclui recapeamentos e sinalização de rodovias a cada cinco anos, cujos valores provisionados foram calculados com base no método do fluxo de caixa descontado considerando as datas em que se estima que haja saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações conforme cronograma a seguir:

Cronograma esperado de saídas

Ano de execução	31/12/2024
2026	5.295
2027 a 2029	41.051
Total	46.346

Indicação de incertezas

Os valores são estimados com base em dados técnicos pela melhor estimativa de utilização, e são revistos periodicamente, no mínimo uma vez ao ano para eventual adequação dos números provisionados, minimizando dessa forma as incertezas sobre a sua realização.

Principais premissas adotadas

A revisão periódica dos valores da provisão de manutenção é para garantir que os recursos atendam às intervenções na rodovia, estabelecidas no contrato de concessão.

17. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

	31/12/2023	Baixa	Adição	31/12/2024
Contingência cível	59	-	57	116
Contingência trabalhista	19	-	96	115
Total	78	-	153	231

A Controlada possui processos em razão do curso normal das operações. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos processuais.

Em 31 de dezembro de 2024, a provisão para riscos processuais, no montante de R\$ 231, refere-se aos processos prováveis de perdas e, com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos, é considerada pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas.

Além dos valores anteriormente mencionados, temos os valores não foram computados nos montantes acima, R\$ 3.426 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.925 em 31 de dezembro de 2023), cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis.

18. Fornecedores e outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores nacionais	-	-	27.009	31.147
Fornecedores nacionais - Risco Sacado (i)	-	-	19.924	-
Fornecedores (Partes Relacionadas nº 21)	-	-	-	54
Caução retida fornecedores	-	-	3.583	3.364
Seguros a pagar	-	-	165	316
Outras contas a pagar	-	-	9	260
Total	-	-	50.690	35.141

(i) Refere-se a fornecedores que tiveram seus recebíveis descontados com instituições financeiras que possuem convênio com a Companhia. A Companhia não incorre em juros adicionais para o banco sobre os valores devidos aos fornecedores, sendo assim, a Companhia não desreconheceu os passivos aos quais a transação de risco sacado se aplica, pois não houve uma baixa legal e nem o passivo original foi substancialmente modificado ao entrar ou fazer parte das transações de risco sacado. A Companhia divulga os valores contabilizados pelos fornecedores na rubrica de "fornecedores – risco sacado", porque a natureza e a função do passivo financeiro permanecem os mesmos de outras contas a pagar com fornecedores. Os pagamentos junto a referida instituição financeiras são incluídos nos fluxos de caixa operacionais porque continuam a fazer parte do ciclo operacional da Companhia e sua natureza principal permanece, ou seja, pagamentos pela compra de bens e serviço.

19. Obrigações trabalhistas e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	-	-	198	186
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF)	-	-	27	23
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	-	-	66	61
Provisão de férias e 13ª e encargos	-	-	974	874
Total	-	-	1.265	1.144

20. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRRF terceiros	-	-	11	13
INSS terceiros	-	-	115	305
IRPJ a recolher	-	-	-	-
CSLL terceiros	-	-	19	32
PIS/Cofins e CSLL terceiros	4	-	24	(7)
PIS sobre receita de pedágio	-	-	72	79
PIS sobre receitas financeiras	-	-	1	2
PIS suspenso conforme liminar	-	-	101	46
Cofins sobre receita de pedágio	-	-	331	365
Cofins sobre receitas financeiras	-	-	7	11
Cofins suspenso conforme liminar	-	-	468	210
ISS sobre receita de pedágio	-	-	581	641
ISS terceiros	-	-	277	513
Total	4	-	2.007	2.210

21. Partes relacionadas

Partes relacionadas	Natureza de relacionamento	Serviços/outras	Controladora			
			31/12/2024		31/12/2023	
			Saldos		Saldos	
			Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Concessionária da Rodovia MS306 S/A.	Controlada	Despesas	-	11	-	26
Bandeirantes Concessões e Participações Ltda.	Acionista	Usufruto/adiant.	-	283	-	292
TORC – Terraplanagem, Obras Rodoviárias e Construções Ltda.	Acionista	Usufruto/adiant.	-	283	-	292
Senpar Ltda.	Acionista	Usufruto/adiant.	-	283	-	291
TCL Tecnologia e Construções Ltda.	Acionista	Usufruto/adiant.	-	283	-	291
Total			-	1.143	-	1.192
Circulante			-	381	-	399
Não circulante			-	762	-	793

Partes relacionadas	Natureza de relacionamento	Serviços/outras	Consolidado			
			31/12/2024		31/12/2023	
			Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Way 112	Acionista	Outros	-	750	348	-
Engenharia e Comércio Bandeirantes Ltda. (a)	Acionista	Usufruto/adiant.	-	283	-	292
TORC - Terraplanagem, Obras Rod. e Const. Ltda. (a)	Acionista	Usufruto/adiant.	-	283	-	292
SEMPAR Ltda. (a)	Acionista	Usufruto/adiant.	-	283	-	291
TCL Tecnologia e Construções Ltda. (a)	Acionista	Usufruto/adiant.	-	283	-	291
GLP O Participações S.A. (d)	Acionista	Mútuo	-	5.275	-	-
Total			-	7.157	348	1.166

Partes relacionadas	Natureza de relacionamento	Serviços/outros	Consolidado			
			31/12/2024		31/12/2023	
			Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Circulante			-	6.395	348	373
Não circulante			-	762	-	793

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, através de Instrumento particular de instituição onerosa de usufruto, a Controladora instituiu de forma onerosa, irrestrita e definitiva o usufruto sobre o direito de voto nas deliberações sociais da Controlada, relativamente a 116.800.000 (cento e dezesseis milhões e oitocentas mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal na seguinte proporção:

- Usufruto do direito de voto sobre 29.200.000 (vinte e nove milhões e duzentas mil) ações ordinárias, sem valor nominal, de emissão da controlada, em favor da usufrutuária Engenharia e Comércio Bandeirantes Ltda.;
- Usufruto do direito de voto sobre 29.200.000 (vinte e nove milhões e duzentas mil) ações ordinárias, sem valor nominal, de emissão da controlada, em favor da usufrutuária TORC – Terraplenagem, Obras Rodoviárias e Construções Ltda.;
- Usufruto do direito de voto sobre 29.200.000 (vinte e nove milhões e duzentas mil) ações ordinárias, sem valor nominal, de emissão da controlada, em favor da usufrutuária Senpar Ltda.; e
- Usufruto do direito de voto sobre 29.200.000 (vinte e nove milhões e duzentas mil) ações ordinárias, sem valor nominal, de emissão da controlada, em favor da usufrutuária TCL Tecnologia e Construções Ltda.

Em razão do usufruto, cada usufrutuária passa a ser titular do direito de voto nas deliberações sociais da controlada o equivalente a 29.202.000 (vinte e nove milhões, duzentas e duas mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da controlada.

Pela instituição onerosa do Usufruto do Direito de Voto, cada usufrutuária pagará à Companhia o valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) em 03 (três) parcelas anuais.

Em abril de 2021, através de Instrumento particular de Cessão Onerosa do exercício de usufruto de forma irrestrita e definitiva, por parte das Cedentes, em favor da VFL Holding de Participações Imobiliárias Ltda., o exercício de usufruto sobre o direito de voto nas deliberações sociais da Concessionária (“Exercício do Usufruto do Direito de Voto”), relativamente a 7.008.480 (sete milhões, oito mil, quatrocentas e oitenta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da Concessionária, da seguinte forma:

- a)** A Bandeirantes cede, com de fato cedido tem, de forma onerosa, em favor da Cessionária, o Exercício do Usufruto do Direito de Voto sobre 1.752.120 (um milhão, setecentas e cinquenta e duas mil, cento e vinte) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da Concessionária;
- b)** A TORC cede, com de fato cedido tem, de forma onerosa, em favor da Cessionária, o Exercício do Usufruto do Direito de Voto sobre 1.752.120 (um milhão, setecentas e cinquenta e duas mil, cento e vinte) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da Concessionária;
- c)** A Senpar cede, com de fato cedido tem, de forma onerosa, em favor da Cessionária, o Exercício do Usufruto do Direito de Voto sobre 1.752.120 (um milhão, setecentas e cinquenta e duas mil, cento e vinte) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da Concessionária; e
- d)** A TCL cede, com de fato cedido tem, de forma onerosa, em favor da Cessionária, o Exercício do Usufruto do Direito de Voto sobre 1.752.120 (um milhão, setecentas e cinquenta e duas mil, cento e vinte) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da Concessionária.

Em razão do quanto estabelecido, a Cessionária passa a poder exercitar o usufruto do direito de voto nas deliberações sociais da Concessionária relativamente a 7.008.480 (sete milhões, oito mil, quatrocentas e oitenta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da Concessionária, representando 4,80% (quatro vírgula oitenta por cento) do total de ações da referida Companhia.

Cada uma das Cedentes, por sua vez, mantém o direito de exercer o voto nas deliberações sociais da Concessionária em relação à 27.449.880 (vinte e sete milhões, quatrocentas e quarenta e nove mil, oitocentas e oitenta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da Concessionária, representando 18,80% (dezoito vírgula oitenta por cento) do total de ações da referida Companhia.

O preço total da cessão onerosa do Exercício do Usufruto do Direito de Voto, mutuamente pactuado entre as Partes, é de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), o qual deverá ser pago em 03 (três) parcelas.

Movimentação controladora:	Saldo em 31/12/2023			Movimentações		Saldo em 31/12/2024		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Resultado
Concessionária da Rodovia MS 306 S/A.	-	26	-	-	(15)	-	11	-
Engenharia e Comércio Bandeirantes Ltda.	-	292	-	-	(9)	-	283	-
TORC - Terraplanagem, Obras Rod. e Const. Ltda.	-	292	-	-	(9)	-	283	-
Senpar Ltda.	-	291	-	-	(8)	-	283	-
TCL Tecnologia e Construções Ltda.	-	291	-	-	(8)	-	283	-
GLP O Participações S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	1.192	-	-	49	-	1.143	-

Movimentação consolidado:	Saldo em 31/12/2023			Movimentações		Saldo em 31/12/2024		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Resultado
Way 112	348	-	-	(348)	750	-	750	-
Engenharia e Comércio Bandeirantes Ltda.	-	292	-	-	(9)	-	283	-
TORC - Terraplanagem, Obras Rod. e Const. Ltda.	-	292	-	-	(9)	-	283	-
Senpar Ltda.	-	291	-	-	(8)	-	283	-
TCL Tecnologia e Construções Ltda.	-	291	-	-	(8)	-	283	-
GLP O Participações S.A.	-	-	-	-	5.275	-	5.275	-
Total	348	1.166	-	(348)	5.991	-	7.157	-

Remuneração dos administradores

O valor total de remuneração atribuído aos diretores no período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, aprovado em janeiro de 2024 e 2023, é de R\$ 943 e R\$ 743 respectivamente. Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração da Companhia.

22. Obrigações com o poder concedente

	31/12/2024	31/12/2023
Convênio Polícia Rodoviária Federal	552	176
Verba de Fiscalização - AGMS	127	122
Verba de Administração - EPE	26	24
Total	705	322

23. Patrimônio líquido

Capital social

Acionista	31/12/2023		31/12/2024	
	Ações Integralizadas	Partic. %	Ações Integralizadas	Partic. %
Bandeirantes Concessões e Participações Ltda	11.231.047	25,00%	21.520.680	25,00%
TORC - Terraplanagem, Obras Rodoviárias	11.231.047	25,00%	21.520.680	25,00%
Senpar Ltda.	11.231.047	25,00%	21.520.680	25,00%
TCL Tecnologia e Construções Ltda.	11.231.047	25,00%	21.520.680	25,00%
Total	44.924.188	100%	86.082.720	100%

Acionista	31/12/2023			31/12/2024	
	Ações integralizadas	Partic. %	Integralização futuro aumento de capital	Ações integralizadas	Partic. %
Engenharia e Comércio Bandeirantes Ltda.	11.231.047	25,00%	10.289.633	21.520.680	25,00%
TORC - Terraplenagem, Obras Rodoviárias	11.231.047	25,00%	10.289.633	21.520.680	25,00%
Senpar Ltda.	11.231.047	25,00%	10.289.633	21.520.680	25,00%
TCL Tecnologia e Construções Ltda.	11.231.047	25,00%	10.289.633	21.520.680	25,00%
Total	44.924.188	100%	41.158.532	86.082.720	100%

Dividendos

A Companhia poderá levantar balanços intermediários e, por deliberação da Assembleia Geral, declarar e distribuir dividendos à conta dos lucros apurados nesses balanços ou à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros, bem como creditar e pagar juros sobre capital próprio.

Dos resultados apurados ao final de cada exercício social:

- a) 5% (cinco por cento) serão aplicados para o Fundo de Reserva Legal, até este atingir 20% (vinte por cento) do Capital Social;
- b) Do saldo, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório;
- c) O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral, por proposta da administração; e
- d) Em 31 de dezembro de 2024, a companhia tem um saldo de R\$ 8.000.000, de adiantamento para futuro aumento capital.

24. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas de pedágio	-	-	150.383	139.903
Receitas com construção e infraestrutura	-	-	173.862	214.761
Outras receitas	-	-	46	143
(-) Abatimentos sobre a receita de pedágio	-	-	(378)	-
(-) ISS	-	-	(7.519)	(6.995)
(-) PIS	-	-	(977)	(910)
(-) Cofins	-	-	(4.513)	(4.197)
Total	-	-	310.904	342.705

(a) Conforme requerido pelo ICPC 01, a Controlada contabilizou nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os valores de R\$ 173.862 e R\$ 214.761, respectivamente, referente à receita de construção de infraestrutura, tendo os custos com o mesmo valor, não gerando margem de lucro.

25. Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

Custos dos serviços prestados	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	-	-	(11.666)	(10.867)
Serviços de terceiros	-	-	(6.848)	(7.606)
Seguros e garantias	-	-	(1.094)	(879)
Custos contratuais da concessão	-	-	(1.817)	(1.736)
Verba da polícia rodoviária federal	-	-	(924)	(782)
Materiais/equipamentos/veículos	-	-	(2.814)	(2.593)
Provisão para manutenção	-	-	(23.884)	(31.339)
Depreciação/amortização	-	-	(16.748)	(8.921)
Outros	-	-	(159)	(131)
Subtotal	-	-	(65.954)	(64.854)
Custos com construção e infraestrutura	-	-	(173.862)	(214.761)
Total	-	-	(239.816)	(279.615)

Despesas gerais e administrativas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	-	-	(1.522)	(1.693)
Serviços de terceiros	(277)	(29)	(2.713)	(3.006)
Materiais/equipamentos/veículos	-	-	(1.127)	(1.338)
Depreciação e amortização	-	-	(22.965)	(24.153)
Provisão para contingências	-	-	(264)	(110)
Outros	(81)	(4)	(1.153)	(1.530)
Total	(358)	(33)	(29.744)	(31.830)

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Rendimento de aplicações financeiras	19	-	2.055	10.056
Descontos obtidos	-	-	48	27
Receita financeira - AVP	-	-	10.672	21.858
Outras receitas financeiras	31	33	42	139
Total das receitas financeiras	50	33	12.817	32.080
PIS/Cofins sobre receitas financeiras	-	-	(100)	(487)
Despesas financeiras	(2)	(4)	(212)	(1.192)
Juros sobre debêntures	-	-	(2.427)	(10.056)
Juros Fornecedores	-	-	(4.839)	-
Custo de transação	(354)	(427)	(355)	(459)
Atualização outorga fixa	-	-	(3.112)	(2.625)
Despesa financeira - AVP	-	-	(14.116)	(24.328)
Juros sobre empréstimos	(18.801)	(21.206)	(19.699)	(21.245)
Total das despesas financeiras	(19.157)	(21.637)	(44.860)	(60.392)
Resultado financeiro líquido	(19.107)	(21.604)	(32.043)	(28.312)

27. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41/IAS 33 (aprovado pela deliberação CVM nº 636 – “Resultado por ação”), a Controladora e sua Controlada apresentam de forma consolidada as informações sobre o resultado por ação para o período encerrado em 31 de dezembro 2024 e 2023.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Básico				
Resultado do período	(2.828)	(8.654)	1.329	(5.423)
Número de ações durante o período (milhares)	86.083	44.924	166.010	146.010
Lucro (prejuízo) por ação - básico	(0,03)	(0,19)	0,01	0,04
Prejuízo por ação atribuído a controladores	-	-	(2.828)	(8.654)
Lucro (prejuízo) por ação atribuído a não controladores	-	-	4.157	3.231
Diluído				
(Lucro) prejuízo utilizado na apuração do lucro básico por ação	(2.828)	(8.654)	1.329	(5.423)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro diluído por ação (milhares)	86.083	44.924	166.010	146.010
Lucro (prejuízo) por ação - diluído	(0,03)	(0,19)	0,01	(0,04)
Lucro (prejuízo) diluído por ação atribuído a controladores	(0,03)	(0,19)	0,01	(0,04)
Lucro (prejuízo) diluído por ação atribuído a não controladores	-	-	0,01	0,01

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação:

Não há diferença entre o lucro básico e o lucro diluído por ação por não ter havido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 instrumentos patrimoniais com efeitos diluídos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções aos empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

28. Instrumentos financeiros

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e sua Controlada estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A administração da Companhia e sua Controlada gerenciam seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Companhia e sua Controlada consiste em caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Companhia e sua Controlada ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia e sua controlada são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, como segue:

- Fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias; e
- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Notas explicativas da administração as demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais)

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Companhia e sua controlada não mantêm instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente:

Riscos de mercado

	Controladora 31/12/2024			Consolidado 31/12/2024		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	-	19.525	-	-
Operações a receber	-	-	-	-	10.488	-
Outros créditos	53	-	-	3.751	-	-
Passivos						
Debêntures	-	-	-	-	-	(383.802)
Fornecedores	-	-	-	-	-	(50.690)
Obrigações com o poder concedente	-	-	-	-	-	(6.395)
Obrigações por empréstimos e financiamento	-	-	(128.602)	-	-	(136.160)
Outras contas a pagar	-	-	(1.147)	-	-	(4.739)
Total	59	-	(129.749)	23.276	10.488	(581.786)

Notas explicativas da administração as demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2023			Consolidado 31/12/2023		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	349	-	-	24.561	-	-
Operações a receber	-	-	-	-	17.396	-
Outros créditos	15	-	-	269	-	-
Passivos						
Debêntures	-	-	-	-	-	(362.551)
Fornecedores	-	-	-	-	-	(35.141)
Obrigações com o poder concedente	-	-	-	-	-	(11.756)
Obrigações por empréstimos e financiamento	-	-	(123.720)	-	-	(124.251)
Outras contas a pagar	-	-	(1.202)	-	-	(4.520)
Total	364	-	(124.922)	24.830	17.396	(538.219)

Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e sua Controlada não apresentavam saldos relevantes de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia e sua Controlada está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações das taxas de juros das aplicações financeiras que são vinculadas ao CDI e à taxa Selic.

Em 31 de dezembro de 2024, a administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas variações das taxas de juros das aplicações financeiras vinculadas ao CDI.

Análise de sensibilidade

Indicadores	Controladora			
	31/12/2024			
	Cenário I (Provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (-25%)	Cenário IV (+50%)
CDI (1)	10,00%	12,50%	7,50%	15,00%
Receitas de Aplicações Financeiras	-	-	-	-
I.P.C.A (1)	3,92%	4,90%	2,94%	5,88%
CCB 250/20 5º Aditivo	(25.582)	(29.837)	(21.284)	(34.050)
Juros a Incorrer (*)	(25.582)	(29.837)	(21.284)	(34.050)
Juros a incorrer líquido das receitas de aplicações financeiras	(25.582)	(29.837)	(21.284)	(34.050)

Indicadores	Consolidado			
	31/12/2024			
	Cenário I (Provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (-25%)	Cenário IV (+50%)
CDI (1)	10,00%	12,50%	7,50%	15,00%
Receitas de Aplicações Financeiras	1.789	2.236	1.342	2.684
I.P.C.A (1)	3,81%	4,76%	2,86%	5,72%
CCB 250/20 5º aditivo	(25.277)	(29.521)	(20.998)	(33.730)
Debêntures	(15.443)	(19.303)	(11.582)	(23.164)
Juros a Incorrer (*)	(40.720)	(48.824)	(32.580)	(56.894)
Juros a incorrer líquido das receitas de aplicações financeiras	(38.931)	(46.588)	(31.238)	(54.211)

(i) Fonte Relatório Focus – Bacen; e

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Exposição a riscos de créditos

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e sua Controlada não apresentava riscos de créditos.

Informações por segmentos de negócios

A operação da Companhia e sua Controlada consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia e Controlada.

29. Cobertura de seguros

A Controlada adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade de acordo com a avaliação da administração. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das informações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros na Controlada, são compostas por:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Seguro garantia - Contrato de concessão	Março de 2024 a março de 2025	51.382
Riscos operacionais	Abril de 2024 a março de 2025	41.144
D&O	Março de 2024 a março de 2025	10.000
Responsabilidade civil	Março de 2024 a março de 2025	10.000
Risco de engenharia	Dezembro de 2023 a junho de 2025	158.879

30. Benefícios aos empregados

A Controlada mantém os seguintes benefícios de curto prazo aos empregados e administradores: assistência médica, seguro de vida, vale-refeição e vale-alimentação.

Não é política da Controlada conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

31. Risco regulatório

A Companhia e sua Controlada desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

* * *